



NO PINTCHA

* ÓRGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO *

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AV. DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA — TELEFS.: 3713/3726/3728 — BISSAU

PAIGC ORGANIZAÇÃO E TRABALHO POLÍTICO

Problemas relacionados com a organização do Partido e com o trabalho político, foram analisados nas reuniões das passadas quarta e quinta-feira, realizadas em Bissau, entre os membros do Comité Executivo da Luta e do Conselho Superior da Luta presentes na capital, e os membros do Conselho dos Comissários de Estado.

Aos trabalhos conjuntos da direcção do Partido e do Governo, presidiu o camarada Luiz Cabral, Secretário-Geral adjunto do PAIGC e Presidente do Conselho de Estado.

PORTUGUESES ESCOLHEM AMANHÃ O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

LISBOA — O povo português vai amanhã às urnas, para escolher o primeiro Presidente da República livremente eleito, dos últimos 50 anos. Pouco mais de dois anos após o 25 de Abril de 1974, a eleição presidencial culminará o processo de normalização das instituições políticas de Portugal, o qual incluiu a aprovação de uma Constituição e a eleição da Assembleia da República (parlamento).

Quatro candidatas tentarão ser escolhidas nas eleições de amanhã: o general Ramalho Eanes, que é apoiado pelo Partido Socialista, pelo PPD e CDS (direita) e por grupos da extrema-direita e da extrema-esquerda; o almirante Pinheiro de Azevedo, que não tem nenhum apoio partidário; o major Otelo de

REUNIÃO DA OUA EM PORT LOUIS

A África do Sul e a Rodésia ocupam lugar importante na conferência ministerial

PORTO LUÍS (AFP) — A ordem do dia da Conferência dos ministros da Organização da Unidade Africana, que se realiza actualmente na Ilha Maurícia, e que compreende 48 pontos, foi adoptada ontem de manhã, anunciou Peter Onu, secretário-geral adjunto da Organização e porta-voz da conferência.

A África do Sul e a Rodésia ocupam um lugar importante nesta ordem do dia, o mesmo acontecendo com o problema do Médio Oriente e da Mayotte.

O secretário-geral administrativo apresentará, entre outros, um relatório sobre a descolonização, sobre o Médio Oriente e o problema palestino, assim como o dos refugiados.

O ponto nove da ordem do dia incide sobre a aplicação de sanções contra a Rodésia, e as medidas tomadas por Moçambique para aplicar «as sanções contra o regime racista da Rodésia».

No que diz respeito à África do Sul, o ponto 10 da ordem do dia é sobre a violação das sanções contra a África do Sul, as relações com Pretória e a ameaça de mercenários na África.

Os pontos 11 e 12 referem-se aos fornecimentos de petróleo à África do Sul pelas companhias internacionais, em violação ao embargo árabe sobre o petróleo, e sobre o estatuto internacional legal deste país. O ponto 13, por fim, estudará o relatório do Co-

mité de Coordenação para a libertação da África do Sul fascista.

O ponto 14 incidirá sobre o relatório da missão da OUA que se encontra em Djibouti. Os Comores e o problema da Mayotte serão abordados em vez do relatório do secretário-geral e a pedido do representante comoriano.

O Conselho examinará, além disso, vários relatórios sobre os resultados da 4.ª CNUCED (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento), sobre a promoção agrícola africana, o aumento da produtividade, a criação de uma agência de imprensa inter-africana, uma carta cultural, uma união pan-africana das telecomunicações, assim como sobre os relatórios das conferências internacionais, como a do Direito do Mar. (VER CENTRAIS).

MOÇAMBIQUE UM ANO DE LIBERDADE

Os nove milhões de moçambicanos festejaram ontem o primeiro aniversário da sua independência. Uma parada militar e um desfile de militares da Frelimo, vanguarda dos trabalhadores de Moçambique, tiveram lugar, na véspera, na capital do país, Maputo, enfeitada com as cores nacionais. Um comício de massas no estádio da Machava, onde há doze meses o Presidente Samora Machel fazia baixar a bandeira portuguesa, e hastear a bandeira da República Popular de Moçambique, marcando assim o fim da dominação colonial, foi ontem o ponto mais alto das festividades.

Uma série de reformas económicas e sociais foram já realizadas, em um ano, pela Frelimo e pelo Governo do Maputo. A política corrente anti-imperialista e anti-colonialista da República Popular de Moçambique goza de apoio das forças progressistas do mundo inteiro.

(VER CENTRAIS)

LUIZ CABRAL FELICITA PRESIDENTE SAMORA MACHEL

«Este dia tem um significado transcendente na história da nossa luta comum e na história de África», afirma o camarada presidente Luiz Cabral numa mensagem enviada ao camarada Samora Machel, presidente da FRELIMO e da República Popular de Moçambique, a propósito do primeiro aniversário da independência daquele país.

É o seguinte, na íntegra, o texto do telegrama:

«Neste dia em que o povo irmão de Moçambique festeja o primeiro aniversário da sua independência total, expressão da sua vontade e fruto dos desmedidos sacrifícios dos heróicos combatentes da FRELIMO, é com grande alegria que, em nome do nosso povo, do nosso Partido, do Conselho de Comissários de Estado e em meu nome próprio, expresso ao povo irmão, aos combatentes da FRELIMO, aos seus dirigentes e particularmente

ao camarada Presidente, calorosas felicitações».

«Juntando-nos ao heróico povo de Moçambique nas comemorações deste dia, que tem um significado transcendente na história da nossa luta comum e na história de África, regozijamo-nos pelos importantes progressos feitos pela República Popular de Moçambique no primeiro ano da sua existência no caminho da realização integral do programa traçado pela FRELIMO, no interesse da construção do progresso e felicidade do povo irmão de Moçambique. Aproveitamos a ocasião de reiterar a expressão da nossa solidariedade total e incondicional com a FRELIMO e com a República Popular de Moçambique e com o povo de Moçambique, pela sua atitude para a defesa intransigente dos interesses de libertação total, face à provocação dos agressores racistas da Salisbúria».

África do Sul

MAIS DE UM MILHAR DE MORTOS EM SOWETO

NAÇÕES UNIDAS (APS) — A repressão que se abateu sobre as populações africanas, no decorrer das manifestações anti-«apartheid» de Soweto, fez mais de um milhão de mortos e não 140 como afirmam as autoridades racistas, declarou na quarta-feira, Nicasio Walderrama (Filipinas), informador da Comissão das Nações Unidas contra o «Apartheid».

Entretanto, as últimas notícias sobre a RSA dizem que a situação continua tensa nos «ghettos» africanos de Joanesburgo, que se tornaram palco de confrontos sangrentos entre a polícia sul-africana e os adversários do «apartheid». (VER PÁG 7)

Carvalho, apoiado por organizações esquerdistas; e Octávio Pato, apoiado pelo Partido Comunista. Para que um dos candidatos seja eleito logo na primeira volta, terá que obter mais de 50 por cento dos sufrágios.

O almirante Pinheiro de Azevedo, que sofreu um acidente cardíaco na quarta-feira, encontra-se internado num hospital do Porto, tendo o seu estado registado uma evolução favorável. Foi substituído interinamente, no seu cargo de primeiro-ministro, pelo ministro do Interior, comandante Almeida Costa. Por outro lado, o actual ministro dos Negócios Estrangeiros, major Melo Antunes, foi nomeado presidente de uma comissão encarregada de verificar a aplicação da nova Constituição portuguesa.

ARGÉLIA

PROJECTO DA CARTA NACIONAL SUBMETIDO A REFERENDO POPULAR

ARGEL (AFP) — Cerca de 8 milhões de argelinos pronunciaram-se sobre um «projecto da Carta Nacional» que, durante o mês de Maio, foi objecto de debate popular de uma amplitude sem precedentes na história da Argélia independente.

Este referendo, o segundo do

género a ser organizado na Argélia desde a sua independência em Julho de 1962, será seguido de uma outra consulta popular, provavelmente em Outubro próximo, para a adopção de uma Constituição — igualmente a se-

(Continua na página 8)

Hoje em Bissau

Festival de música popular vai apurar o melhor conjunto

Realiza-se hoje às 20 horas e 30 minutos, no Estádio «Lino Correia», a primeira eliminatória do concurso musical, entre conjuntos da Região de Bissau. O concurso, que põe frente a frente as 26 formações musicais da capital, foi dividido em duas eliminatórias, tendo a segunda, lugar amanhã domingo, no mesmo recinto, pelas 17 horas, e a final no próximo domingo.

Para efeito das eliminatórias, as formações musicais foram divididas em duas séries, A e B, que actuarão hoje e amanhã, respectivamente.

A constituição da série A é: «N'Baranço», «Netos di Bom Bardadi», «Tom Som», «Mama Djombo», «Pantera Negra», «Lacaráes», «Ritmos Guinéus», «Dúnia», «Mama Boté», «Pó Ferro», «N'Bim Botcha», «África Ritmo», e «Kapa Negra»;

A série B é: «T'Nan Koia», «Wato Sita», «Jovens Guinéus», «Tchifre Preto», «Fórmula Sete», «Estrela Negra», «Monte Negro»,

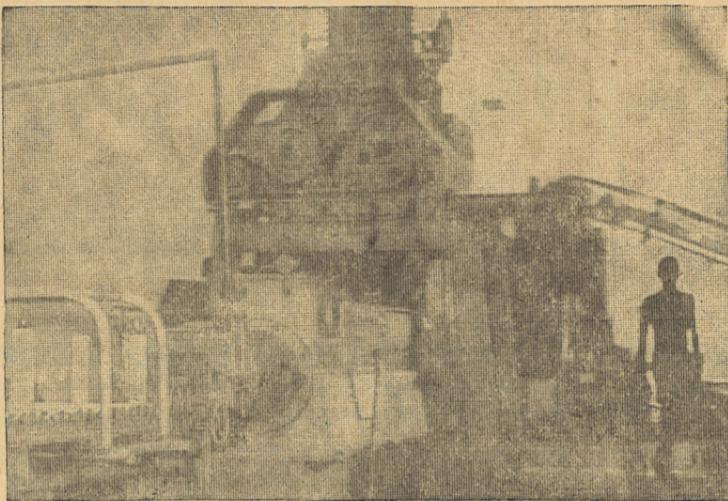
«N'Kassa Kobra», «Guiné Livre», «África Livre», «Gato Negro», «Pó Preto» e «Cobiana Djazz».

REGULAMENTO

Para que neste concurso tanto o público como as formações musicais possam ter a oportunidade de, respectivamente, ver a fazer uma boa actuação, ficou estabelecido que cada conjunto poderá apresentar três músicas nas eliminatórias. Na possibilidade de estas músicas ocuparem muito tempo, será dado o tempo máximo de actuação (contando com a afinação) de 20 minutos e só é permitida a execução de músicas nacionais.

Para se apurar os vencedores, tanto nas eliminatórias como na final, será constituído um júri, de oito elementos, dos quais cinco serão escolhidos pela or-

(Continua na pág. 6)



Para melhorar as condições de vida do povo Fábrica de Bandim produzirá seis mil tijolos por dia

A Fábrica de Tijolos de Bandim, cuja construção foi recentemente iniciada, encontra-se numa fase bastante avançada e já começou a produzir tijolos em quantidade considerável, que estão a ser utilizados na constru-

ção de casas na nossa capital.

Esta fábrica encontra-se situada nas imediações de Bissau, a umas centenas de metros do depósito de combustíveis da SACOR. As suas pequenas instalações, montadas sobre os escombros de uma antiga fábrica de tijolos e telhas, construída por alemães há cerca de 80 anos, conta ainda só com duas máquinas de fabrico antiquado que trabalham conjuntamente e para o mesmo fim.

A fábrica sofre dificuldades de vária ordem, sendo a principal, resultante da falta de uma câmara de secagem para os tijolos recém-fabricados. Tal câmara reduziria para dois os 15 dias que os tijolos levam na secagem ao ar livre, antes de se seguirem para os fornos onde são cozidos. A produção aumentará grandemente quando a referida câmara for montada, o que acontecerá brevemente, pois as máquinas estão para chegar de Portugal; a produção é ainda bastante reduzida, devido à falta dessa câmara de secagem automática, indispensável numa fábrica de cerâmica que conta produzir em massa. Com tudo a funcionar em pleno, a produção normal da fábrica será de 6 mil tijolos por dia, não contando com as telhas e telhões que produzirá futuramente.

Outro dos principais problemas é a falta de pessoal especializado na indústria da cerâmica para dirigir a fábrica. Alguns compatriotas nossos que trabalhavam na antiga fábrica regressaram às suas actividades, tendo-se admitido também alguns estrangeiros. Trabalham sob a direcção de um cidadão português que reside no País há muitos anos e que conta já com longos anos de prática desta actividade, Bento Tomás, que trabalhou desde 1959 nessa velha fábrica.

UM DOS MELHORES BARROS DO MUNDO

Os técnicos especializados que visitaram os jazigos de barro, e observaram amostras extraídas

(Continua na pág. 6)

RESPONDE O POVO

Que punição para os mercenários?

O Julgamento dos mercenários capturados pelas FAPLA, em Angola, durante a sua segunda guerra de libertação nacional, foi o tema do nosso inquérito de hoje.

Várias pessoas entrevistadas pela nossa reportagem manifestaram opiniões que convergem num único sentido: **a pena de morte para os 13 mercenários**, considerando que estes, além de invadirem a República Popular de Angola, cometeram crimes contra o povo angolano numa altura em que este lutava contra as forças de reacção local, à custa dos sacrifícios dos seus filhos mais dignos.

Foi esta a opinião da estudante Rosalina Vasconcelos, que acrescentou: «Esses mercenários, além de não contribuírem em nada para o avanço do seu país, são criminosos que se vendem ao imperialismo para agredirem os povos pacíficos doutros países, não lhes importando os meios para conseguirem os seus fins».

Um outro entrevistado, Mário Helder Neves Pires, também estudante, é de opinião que «esses indivíduos, são inúteis à sociedade e que por isso devem ser condenados». Quanto à pena a ser-lhes aplicada, afirmou: **No momento em que Angola está a atravessar uma fase de reconstrução nacional e para evitar qualquer nova tentativa do género da parte do imperialismo, eles devem ser punidos severamente, a fim de pôr termo aos actos de mercenarismo no mundo».**

O camarada Aliu Baldé, funcionário da Energia, Indústria e Hidráulica, é de opinião que a maioria desses mercenários são indivíduos que terão que ser

condenados à pena de morte porque intervieram no assalto a um país independente, interferindo desse modo nos problemas internos daquele país, cuja solução apenas competia ao povo angolano.



Um quarto entrevistado nosso pronunciou-se sobre o assunto, dizendo que os mercenários devem ser castigados segundo os códigos das leis em vigor, porque cometeram um crime contra o povo angolano, no momento em que este travava uma luta difícil contra os próprios filhos de Angola que se tinham vendido aos imperialistas. Foi esta a opinião expressa pelo camarada Pedro Gomes, trabalhador da Função Pública. De salientar que neste momento não existe nenhuma lei que condene o mercenarismo, mas que o povo angolano, através do seu Tribunal Revolucionário quer alertar o mundo acerca desse crime, a fim de serem tomadas medidas contra a prática do mercenarismo no mundo.



NO PINTCHA

Órgão do Commissariado de Estado de Informação e Turismo Trissemanário Nacional de Informação.

Sai às Terças, Quintas e Sábados.

Preço: 2,50

Redacção, Administração e Oficinas, Avenida do Brasil

TELEFONES

Redacção: 3713/3728

Administração

e Publicidade: 3728

ASSINATURAS (Via Aérea)

Guiné-Bissau e Cabo Verde

1 ano 400,00

6 meses 250,00

Outros Países Africanos,

e Portugal

1 ano 500,00

6 meses 300,00

Serviços de Distribuição e Vendas do «NO PINTCHA» — Caixa Postal, 154

BISSAU — GUINÉ-BISSAU

FARMÁCIAS

Hoje — «MODERNA» Rua 12 de Setembro, telefone 2702.

Amanhã — «CENTRAL» Rua Vitorino Costa, telefone 2453.

Segunda-feira — «HIGIENE» Rua António N'Banja, telefone 2520.

TELEFONES

Hospital Simão Mendes:

Banco — 2888/2867

Bombeiros — 2222

Polícia:

1.ª Esquadra — 3333

2.ª Esquadra — 3444

Correios:

Informações — 2600

Radiodifusão Nacional — 2430

Aeroporto — 3001/4 (TAG_B)

TAP — 3991/3

Serviços Municipalizados:

Água e Electricidade — 2411

(das 7 às 17 horas)

Assistência à rede eléctrica — 2414

(das 16 às 24 horas)

Chegadas e partidas de navios — 2922/5

RÁDIO

EMISSIONES:

Das 6 às 8; das 12 às 15 e das 17 às 24 horas.

NOTICIARIOS:

À 7, 13, 15, 17, 20 e 21 horas.

AGENDA DO DIA

Às 18,45 horas.

CINEMA

Hoje e amanhã — Às 18,30 horas «O HOMEM ANFÍBIO» m/10 anos e às 20,45 horas «ATÉ OS ANJOS COMEM FEIJOES» m/14 anos.

Segunda-feira — Às 20,45 horas — filme a anunciar.

Comissão Interministerial

Sob a presidência do camarada Pedro Pires, Primeiro-Ministro da República irmã de Cabo Verde, realizou-se, pela primeira vez a reunião da Comissão Interministerial.

Depois do camarada Pedro Pires ter feito uma exposição, passou-se à ordem do dia, que consistiu da formação de um grupo de trabalho para elaboração de um regulamento interno da Comissão, e de um balanço geral sobre as actividades iniciadas no corrente ano com vista ao conhecimento dos projectos em curso e para se perspectivar o programa de desenvolvimento para o próximo ano.

A Comissão Interministerial é formada por representantes da Direcção Nacional do PAIGC, de todos os Ministérios, da Direcção Nacional do Planeamento, da Direcção Nacional da Cooperação, da Direcção Nacional de Administração Interna e do Banco Central, sendo presidida pelo Director Nacional de Planeamento.

Responsáveis contactam populações em S. Antão

O camarada Corsino Tolentino, primeiro responsável político da Ilha de Santo Antão, visitou as localidades da Ribeira Fria e Ribeira Torta, fazendo-se acompanhar do membro do Comité deste sector e da camarada Conceição Maria, responsável pelos Assuntos Sociais da Ilha.

Durante o percurso para o vale da Ribeira Fria, o camarada Corsino Tolentino teve um improvisado e frutuoso contacto com a população da localidade, que ocorreu a expôr os seus principais problemas e a ouvir os esclarecimentos necessários que foram prestados pelos responsáveis político e de assuntos sociais. Foram identificadas como principais dificuldades, com que se bate a população da Ribeira Fria, a grande distância que têm que percorrer os trabalhadores que se deslocam diariamente às proximidades da Ponta Sul, e a falta de iniciativa e espírito de colaboração que têm impedido que os pro-

Conservação da natureza

De 27 deste mês a 3 de Julho, decorrerá na República irmã de Cabo Verde, a 1.ª Semana Nacional de Conservação da Natureza programada pelo Ministério da Agricultura e Águas, com vista ao lançamento de bases para a gigantesca batalha em defesa dos recursos nacionais do país irmão, tarefa que diz respeito a todo o cidadão nacional.

Cooperação com Cuba nos transportes aéreos

Foi assinado no Ministério dos Transportes e Comunicações, de Cabo Verde, um protocolo de acordo de transportes aéreos entre o país irmão e a República de Cuba.

As conversações entre a delegação da República de Cabo Verde, composta pelo camarada Celso Estrela, director da Aeronautica Civil, e a delegação da República de Cuba, constituída pelo camarada Angel Arango Rodrigues, director da Aeronáutica e Assessoria Jurídica, do Instituto da Aeronáutica Civil de Cuba, decorreram na Praia.

As duas delegações convieram num texto de acordo, com um quadro de Rotas, que submetirão aos respectivos governos para apreciação e assinatura.

Segundo se afirma no texto do protocolo, até que seja firmado o acordo, as autoridades de ambos os países comprometem-se a fazer valer os princípios e regras nele contidos e a

outorgar um ao outro, reciprocamente, os direitos contemplados pelo mesmo acordo, a fim de facilitar o estabelecimento dos serviços aéreos previstos.

As delegações dos dois países fizeram constar que as conversações se desenrolaram no mais cordial e fraterno espírito de cooperação, de acordo com as estreitas relações de amizade existentes entre Cabo Verde e Cuba.

Em declarações prestadas aos órgãos de informação, momentos após a assinatura do protocolo de acordo, o camarada Angel Arango, afirmou que considerava este acto como um passo de grande importância para o futuro desenvolvimento das comunicações entre os dois países.

«Cuba e Cabo Verde são dois países irmãos que possuem os mesmos ideais, a mesma história, a mesma comunidade de interesses culturais. Somente o Oceano Atlântico os separa. Com este acordo existe a possibilidade real das linhas aéreas cubanas passarem a escalar Cabo Verde e comunicarmo-nos assim mais frequentemente do que estamos actualmente», disse o camarada Angel Arango.

Por sua vez, o camarada Celso Estrela, referindo-se também à importância do acordo aéreo entre Cabo Verde e Cuba, afirmou:

«A assinatura deste acordo tem uma grande importância, porquanto irá trazer-nos vantagens que consideramos primordiais para o desenvolvimento, não só dos laços fraternos entre os dois países, como também para o alargamento do desenvolvimento económico e dos transportes aéreos, sector importante na vida do nosso Estado, que acaba de nascer».

Herculano Vieira em S. Vicente

Em missão de serviço esteve em S. Vicente o camarada Herculano Vieira, Ministro dos Transportes e Comunicações de Cabo Verde.

Durante a visita o camarada Ministro trabalhou com o Director-Geral da Marinha e Portos, camarada Humberto Morais, tendo sido abordadas questões relativas à missão que cabe à Direcção que tem sede nesta ilha, de acordo com perspectivas de desenvolvimento da Marinha e Portos, do país irmão.

Por outro lado, foi feito o balanço da situação geral dos serviços com vista à elaboração de um diploma orgânico de cada serviço. Ainda no período da manhã, o camarada Ministro das Comunicações e Transportes teve um encontro de trabalho com o delegado da Administração Interna, camarada Daniel Cardoso.



Amílcar Cabral

Procurar o caminho mais simples para servirmos o nosso povo

«Mas, para voltarmos à nossa África, portanto, o Norte de África inteiro, os povos que lá estão, não são aqueles povos antigos que lá estavam. Mas também na nossa África negra é a mesma coisa. Em todas as áreas da costa da África, os povos que lá estão, eram de dentro, que foram empurrados para ali. Mas os que estão dentro, vieram doutros lados, como vos expliquei sobre os fulas, mandingas, etc. Há movimentos de todos os africanos do sul para o norte, do norte para o sul, embates, mestiçagem, séculos e séculos de movimento.

Não podemos imaginar, quantas coisas já se passaram em África, quantas mudanças já houve em África. Os susos por exemplo que encontramos na área de Conakry, ou na área da nossa terra, no Chão dos Nalus, o lugar deles há uns anos era o Futa Djalon. Como eu vos disse, os balantas, os papéis, os mancanhas, a sua área para além do Monte Badjar, cujos habitantes hoje em dia, chamam-se badjarancas, em mandinga, ou então padjadinca em crioulo. Mas os papéis, os mancanhas, os balantas e os beafadas, os nalús e os felupes e baiotes? Quem são? São um povo só, geralmente são um povo só, um povo cuja língua está ligada por exemplo, com a língua das gentes do Congo, de Angola, que se chama língua bantu. Eles, como têm uma certa modificação na sua língua, deu-se-lhe o nome de língua sub-bantu. Enquanto que os mandingas, os fulas, as gentes da África mais oriental, a sua língua é a língua sudanesa, de origem sudanesa. Isso mostra que era tudo as mesmas gentes dos tempos antigos, mas que se separaram, que ficaram isoladas umas das outras por causa dos matos, dos rios, dos montes, etc.

Se se reparar bem, quem estudou isso a fundo vê que o manjaco, o papel, o beafada e o mancanha, são, com certas diferenças, uma só língua. O papel e o beafada são quase iguais, o mancanha e o manjaco são quase iguais também. Somente houve isolamento por causa dos rios, do mar, etc., que levou a certas diferenças. A tal ponto que podemos chegar a duas tabancas, perto uma da outra, mas onde os habitantes se viram as costas, porque não falam a mesma língua. Essa é que é a grande desgraça da África. Mas noutras terras também houve isso, na Alemanha também houve isso, e nas tribos da Europa não falam todos a mesma língua. Os eslavos, por exemplo. Os tchecos são eslavos, os russos são eslavos, os jugoslavos são eslavos, como indica o nome que quer dizer eslavos do sul, os búlgaros são eslavos, mas cada um com a sua língua, embora sejam parecidas. Assim como o português, o espanhol, o francês, o romeno, o italiano, vêm duma só língua, a língua latina, que deu diversas línguas.

Portanto nós vemos que o nosso povo não é tão dividido como parece. Como vocês sabem, na Guiné, muita da nossa gente que é mandinga, não era mandinga antes, e muita da nossa gente que é fula, não era fula antes, era ou beafada ou papel, ou balanta, ou susso, ou outra coisa no género.

Isso para dar aos camaradas a ideia da complicação que é a África. A África é complicada. Mas é nessa complicação que nós temos que viver, e temos que ter consciência dessa complicação, e temos que procurar o caminho mais simples, para avançarmos, para servirmos o nosso povo e para servirmos a África.

ABERTURA DA REUNIÃO MINISTERIAL DA OUA EM PORT LOUIS SEEWOSAGUR RAMGOOLAM:

“O NOSSO ÚLTIMO OBJECTIVO É CRIAR OS ESTADOS UNIDOS DA ÁFRICA”

PORTO LUIS (AFP) — Seewoosagur Ramgoolam, primeiro-ministro da ilha Maurícia lançou na quinta-feira, ao abrir o Conselho de Ministros da OUA, um apelo à unidade de África, condenando a África do Sul e os seus «cúmplices».

«Reunimo-nos — disse — quando as últimas nuvens do colonialismo escurecem o horizonte africano... Os nossos irmãos da Namíbia (sudoeste africano), da Azânia (África do Sul) e do Zimbabwé (Rodésia) aguardam com expectativa esta conferência... devemos mostrar que os mortos de Soweto não morreram por nada e que jamais seremos divididos».

Seewoosagur declarou também que a cooperação económica, cultural e social pode conduzir à unidade política. «O nosso último objectivo é criar os estados unidos da África», sublinhou.

Foi por um ataque violento à França que Mouzaoua Abdallah, ministro dos Negócios Estrangeiros dos Comores respondeu à alocução de abertura do primeiro-ministro maurício.

«A verdadeira face da França colonialista e imperialista torna-se cada vez mais clara», afirmou o ministro comoriano, evocando

não somente o problema de Mayotte mas também o de Djibouti e a venda de centrais nucleares francesas à África do Sul. O ministro sublinhou que nesta data, 24 de Junho de 1976 e quando se abre o Conselho de ministros da OUA, o governo francês depôs perante o Parlamento um projecto-lei oficializando a departamentalização de Mayotte.

Mouzaoua Abdallah, que classificou os referendos sucessivos em Mayotte, de «farsas», pediu a ajuda das nações africanas para garantir a integridade do território e a consolidação da soberania da nação comoriana.

Antes, o ministro comoriano tinha condenado «os crimes de Vorster» (primeiro-ministro sul-africano), que comparou ao «massacre de Sharpeville, em 1960».

Condenou também os sul-africanos devido à Namíbia, assim, como a Rodésia, e evocou o Sahara Ocidental. Mouzamar Abdallah sublinhou, por fim, que, ao mesmo tempo que a conferência se desenrola no Instituto Mahatma Gandhi, os princípios fundamentais dos direitos civis são abafados no Médio-Oriente e na África.

MOÇAMBIQUE: UM EXEMPLO A SEGUIR

Depois do primeiro-ministro maurício e do ministro dos Negócios Estrangeiros do governo comoriano, foi a vez de Minah, ministro dos Negócios Estrangeiros da Serra Leoa tomar a palavra em nome dos países anglófonos. Este evocou «a vontade da África de conseguir a liberdade o que não é uma tarefa fácil». Todavia, sublinhou a vontade unânime de 47 estados construírem o seu próprio destino. Lamentou em seguida «os conflitos fratricidas em Angola», mas mostrou a sua confiança na inteligência dos nossos dirigentes, marcada «de instinto tradicional africano». Para ele, a conferência que abriu deve dar soluções duráveis às dificuldades que subsistem e conduzir à derrota definitiva do colonialismo e do «apartheid».

A seguir, em língua árabe, Mahgoub Makkwani, embaixador do Sudão na Etiópia, apoiou Moçambique, cuja atitude «constitui para nós um exemplo a seguir» e lançou um apelo para que ajudem o país. Levantou-se, por outro lado, contra o regime racista da África do Sul e contra a dominação de Vorster e Ian Smith, que «não querem ouvir

a voz da razão e que vão sofrer agora a lei de África». Exaltou, ainda, a solidariedade que deve existir entre os povos africanos e os povos árabes, e a esse respeito, fustigou a política de Israel contra a qual «devemos tomar uma posição mais firme e mais dura».

Pertenceu a Cecil Dennis Junior, ministro dos Negócios Estrangeiros da Libéria, presidente que saiu do Conselho de ministros, apresentar por sua vez o balanço da actividade da OUA durante este último exercício. Tratou em seguida do problema da África do Sul onde «manifestações de pânico são o «dia a dia», quando os olhos do mundo inteiro estão fixos nesta parte de África.

«Não podemos ficar de braços cruzados perante a luta dos povos que combatem pela sua independência». Para ele, os dias dos regimes racistas estão contados e é preciso passar agora da condenação verbal à acção positiva.

Após ter evocado a questão do Sahara Ocidental, onde deve ser encontrada uma solução justa, condenou em seguida a decisão francesa de vender duas centrais nucleares à África do Sul e lançou «um apelo solene à França para que reconsidere a sua posição».

Abordou em seguida o problema de Djibouti onde a «descolonização e a auto-determinação devem ser a regra».

Sobre o Médio-Oriente, reafirmou o direito à existência da Palestina e pediu a retirada de Israel dos territórios ocupados até ao limite de 1976.

Preconizou, por fim, a criação de, uma nova ordem económica mundial e exaltou para terminar a colaboração árabo-africana num espírito de tolerância e respeito mútuo.

A luta da África deve acentuar-se no domínio económico, considerou Harold Walter, ministro maurício dos Negócios Estrangeiros, que assume a presidência do Conselho de ministros da OUA. Como o primeiro-ministro maurício, Seewoosagur Ramgoolam, levantou-se contra os regimes repressivos da África do Sul e do Zimbabwé (Rodésia). «A nossa luta define-se legítima e necessária, política e económica, cultural e tecnológica», acrescentando que a libertação exige uma ordem económica nova e sublinhando ainda, a importância de tal ordem, de mobilização dos recursos africanos, da criação de empregos e da regionalização das decisões.

Harold Walter terminou a sua alocução citando um poema de David Diop que ilustra o combate de África. A sessão solene de abertura foi então encerrada, começando ainda ontem, à porta fechada, as futuras sessões.

ESTUDO DAS SANÇÕES À ÁFRICA DO SUL

A política francesa, bem como tanto na África Austral como nos Comores foi acusada na quinta-feira em Porto Luis, na abertura da 27.ª cimeira da Organização da Unidade Africana.

O tom foi dado pelo ministro comoriano dos Negócios Estrangeiros, Mouzaoua Abdallah que falou para responder à alocução de abertura do primeiro-ministro maurício, Seewoosagur Ramgoolam.

Para o ministro comoriano, o problema da Mayotte, diz respeito não só à África mas ao Terceiro Mundo porque põe em questão a integridade das jovens nações.

O ministro que lançou um apelo às nações africanas acusou também a França «depois de ter armado o regime racista da África Austral», instalar hoje duas centrais nucleares. A «intenção sinistra» da França, segundo o ministro comoriano, não se detém na Mayotte, no quadro do Oceano Índico mas vai para lá da África Austral e Djibouti.

Esta crítica da política francesa, indica-se nos meios próximos da conferência, será retomada por outros delegados, especialmente, quando for abordado o problema do Djibouti e a sua descolonização.

«Mayotte é um ponto importante, porque toca o princípio da inviolabilidade das fronteiras herdadas do colonialismo» explica-se da mesma fonte.

Quanto à venda de centrais nucleares a Pretória, permitirá, acrescentou-se, fazer estado das sanções impostas à África do Sul por certos países ocidentais, entre os quais, a França.

Sobre o Djibouti, enfim, o debate incidirá, nomeadamente, sobre as garantias da integridade territorial reclamada pela Etiópia, e que a Somália, outro país vizinho não está ainda empenhada em dar, considerando essas garantias inúteis pois que Mogadíscio afirma ser favorável à independência do território.



REPÚBLICA NASCIDA DO

Passa hoje o primeiro dia de Moçambique. Evocando a data da proclamação, preferimos horas do dia 25 de Junho de 1976, durante milhares de moçambicanos do MPLA, camarada Agostinho português, general Vasco dos Correia, membro do C.P.

[...] «Moçambicanos, Moçambicanos, Operários, camponeses, combatentes, Povo Moçambicano, Em vosso nome às zero horas





POPULAR DE MOÇAMBIQUE SANGUE DO POVO

...niversário da proclamação da independência da República Popular de Moçambique, «Nô Pintcha» apresenta aos seus leitores uma passagem da mensagem lida pelo Presidente da FRELIMO, camarada Samora Machel, às zero e meia de 25 de Junho de 1975, no Estádio da Machava (arredores do Maputo, a capital), perante milhares de convidados estrangeiros, entre os quais o Presidente Amílcar Neto, o Presidente da Somália, Siade Barre, o então primeiro-ministro António Gonçalves, e uma delegação do PAIGC, dirigida pelo camarada Carlos L. do Partido.

de hoje 25 de Junho de 1975, o Comité Central da FRELIMO proclama solenemente a independência total e completa de Moçambique e a sua constituição em República Popular de Moçambique.

çambique.

A República que nasce é a concretização das aspirações de todos os Moçambicanos, é a extensão a todo o país da liberdade já conquistada durante a luta ar-

mada de libertação em algumas partes do nosso país, é o produto do sacrifício dos combatentes nacionalistas de todo o Povo Moçambicano, é a concretização da nossa vitória.

A nossa República Popular nasce do sangue do Povo.

A sua consolidação e desenvolvimento é uma dívida de honra para cada Moçambicano patriota e revolucionário.

A República Popular de Moçambique soberana e independente é um Estado da Democracia Popular em que sob a direcção da aliança dos camponeses e operários todas as camadas patrióticas se engajam na luta pela destruição das sequelas do colonialismo e da dependência imperialista, pelo aniquilamento do sistema de exploração do homem pelo homem, pela edificação da base material ideológica político-cultural, social e administrativa da nossa sociedade.

A República Popular de Moçambique, Estado do Povo trabalhador moçambicano será dirigido pela FRELIMO, instrumento de organização de mobilização do Povo Moçambicano no combate pela libertação nacional, que continuará a dirigir-lo na nova fase da luta pela construção do Estado democrático popular, pela reconstrução nacional, pela liquidação da exploração do homem pelo homem.

Em todos os níveis será afirmada a primazia das decisões e estruturas do Partido sobre as do Governo.

As Forças Populares de Libertação de Moçambique sob a direcção da FRELIMO educadas e forjadas no combate libertador e de classe constituem um sector de vanguarda do nosso Povo, o seu braço armado, uma força de mobilização das largas massas, um instrumento de reconstrução nacional e fundamentalmente uma força revolucionária consciente de defesa dos interesses das massas trabalhadoras.

No processo de edificação material da nova sociedade, tendo a agricultura como base e a in-

dústria como factor dinamizador, contando com as próprias forças apoiadas pelos seus aliados naturais, a República Popular de Moçambique edificará uma economia avançada próspera e independente, assegurará o controlo dos seus recursos naturais a favor das massas populares e progressivamente aplicará o princípio justo de a cada um, segundo o seu trabalho e de todos, segundo as suas capacidades.

A República Popular de Moçambique dotar-se-á de estruturas políticas e administrativas destinadas a aplicar o princípio do Poder Democrático Popular em que os representantes das massas trabalhadoras designados democraticamente exercerão o poder em todos os escalões.

A República Popular de Moçambique tem como objectivo o bem-estar cultural de todos os cidadãos para o que promoverá a difusão da educação a todos os níveis da sua democratização orientada pelo Estado, a liquidação do elitismo e da discriminação educacional na base da riqueza e a formação de uma nova mentalidade popular e revolucionária no seio das novas gerações.

A juventude, seiva da nação, será protegida assegurando o Estado a sua educação em ligação constante com a vida e os interesses das massas.

O Estado promoverá o conhecimento e o revigoramento e a difusão nacional e internacional da cultura moçambicana, elemento de consolidação da unidade nacional e parte essencial da personalidade moçambicana.

A liquidação da doença, uma das faces do colonialismo e do subdesenvolvimento constituirá uma preocupação essencial. A República Popular de Moçambique estenderá a rede dos serviços sanitários através de todo o país, nomeadamente nas zonas rurais a fim de beneficiar as massas trabalhadoras.

A República Popular de Moçambique protegerá a família e encorajará o seu desenvolvimento favorecendo a maternidade e a infância.

A República Popular de Moçambique, seguindo a linha da FRELIMO, empenhar-se-á no combate pela emancipação da mulher, pela libertação total das diversas formas de opressão tradicional e capitalista, a fim de que ela retome o seu papel de cidadã de pleno direito na nossa sociedade dando-lhe, todo o seu contributo político, cívico e social.

A República Popular de Moçambique considera dever de honra de todos os moçambicanos a protecção especial dos órfãos e viúvas de guerra, e dos diminuídos e mutilados de guerra, símbolo do sacrifício consentido por milhões de moçambicanos ao longo da dominação colonial e da luta armada de libertação nacional.

A República Popular de Moçambique será um Estado laico em que existirá separação completa entre o Estado e a Igreja.

Nascida do combate libertador pela independência nacional, a República Popular de Moçambique é profundamente solidária dos movimentos de libertação nacional e faz do internacionalismo militante uma constante fundamental da sua política nacional e internacional.

A República Popular de Moçambique considera-se parte integrante dos povos e classes oprimidas da humanidade combatendo pela transformação do mundo e pelo estabelecimento duma nova e justa ordem social.

A República Popular de Moçambique tem como aliados naturais os países socialistas que constituem a zona libertada da humanidade, os jovens estados nomeadamente africanos empenhados com o movimento de libertação nacional numa das principais frentes de combate anti-imperialista, as forças democráticas e progressistas, as massas trabalhadoras de toda a humanidade.

A República Popular de Moçambique que nasce de uma longa, dura e difícil luta conhece,

(Continua na página 6)

CRUZ PINTO, NO REGRESSO DE LUANDA

“O POVO ANGOLANO DESTRUÍU O MITO DA INVENCIBILIDADE DOS MERCENÁRIOS,,

«A sentença sobre os crimes dos mercenários será lida em Luanda no princípio da próxima semana,» começou por declarar à nossa reportagem o camarada João Cruz Pinto, Procurador-Geral da República ao regressar ontem de Luanda, onde representara o nosso Estado no julgamento dos treze mercenários.

A República Popular de Angola, através de um Tribunal Popular Revolucionário, acaba de proceder ao julgamento de treze mercenários detidos pelas gloriosas FAPLA na parte Norte do país, quando lutavam contra a soberania

angolana.

Instituiu-se solenemente em 7 de Junho deste ano uma Comissão Internacional de Inquérito sobre os Mercenários, que começou os seus trabalhos no dia 8.

Segundo nos declarou o camarada Procurador-Geral da República, a missão mais importante desta comissão foi a de organizar e de se pronunciar sobre o fenómeno do mercenarismo. A Comissão dividiu-se em três sub-comissões, sendo a primeira encarregada de preparar um projecto de convenção internacional sobre a prevenção e repressão do

mercenarismo. A segunda sub-comissão ficou encarregada de preparar uma declaração geral sobre o mercenarismo, do ponto de vista político finalmente, a terceira sub-comissão tinha por tarefa verificar a regularidade do processo dos mercenários.

Mais adiante o camarada Cruz Pinto precisou:

«A Comissão Internacional de Inquérito cumpriu rigorosamente o plano traçado e os textos elaborados foram adoptados por unanimidade. A Comissão pediu ao Governo da República Popular de Angola que apresentasse o projecto de

convenção internacional sobre a prevenção e a repressão dos mercenários às organizações internacionais, como por exemplo à ONU e à OUA. Esse projecto foi adoptado pelos membros da comissão, vindos de quarenta e quatro países de todos os continentes».

«Nesse projecto, salientou o camarada Cruz Pinto, definiu-se claramente que comete o crime de mercenarismo não somente o indivíduo mas também o grupo ou associação de representantes do Estado ou o próprio Estado que se opõe com a violência armada a um processo de autodeterminação».

Falando da posição dos vários Estados sobre o crime de mercenarismo, o nosso representante no julgamento dos mercenários ainda nos disse que é mercenário «quem apoie, organize, financie, forneça, equipe, treine, promova

ou empregue de qualquer forma, militares, incluindo pessoas que não são nacionais dos países onde vão actuar por grupos de pessoal através do pagamento de um soldo ou qualquer outro tipo de compensação de material; se aliste, ou inscreva nas ditas forças armadas ou militares; ou permita que as actividades já mencionadas sejam levadas a cabo em qualquer localidade sob seu controle ou conceda facilidades de passagem, transporte ou outras, às operações das forças mercenárias».

Ainda sobre o projecto adoptado, o camarada Cruz Pinto frisou que após a sua assinatura, passará a chamar-se «Convenção de Luanda». Podemos dizer, precisou, que ela contém formas para reprimir o mercenarismo em todas

(Continua na pág. 6)

Fábrica tijolo em Bandim

(Continuação da pág. 2)

de vários locais, classificaram-no como um dos melhores barros do mundo, especialmente o barro branco, que será utilizado na olaria que está a ser construída em Plubá de Cima, nos arredores de Bissau. O jazigo de barro desta fábrica de tijolos possui uma reserva para seis anos de intensa produção.

A fábrica velha, da qual ainda persistem algumas paredes de pé, apesar dos longos anos de abandono à mercê dos temporais, conta cerca de 80 anos de existência — revelou-nos o operário Bento Tomás, que nos relatou a sua história, em presença de alguns dos antigos operários, que acrescentaram alguns pormenores. «Era uma enorme fábrica, disse, e a sua produção era extraordinária. Quando lá comecei a trabalhar, já a maioria das casas do País estavam cobertas por telhas nela fabricadas. Depois dos alemães, teve como proprietários o ex-Banco Nacional Ultramarino e por fim pertenceu ao Paralta. Depois de ter rendido milhares e milhares de contos aos seus proprietários, foi abandonada, com as paredes a desmoronarem-se».

Assim ficou a velha fábrica, cujos salões de armazenagem servira, durante a época colonial, de salão de jogos da garotada dos Bairros de Bandim e de Chão de Papel, até que as suas paredes começaram a ruir.

Agora, o nosso Estado resolveu construir sobre essas ruínas a nova Fábrica de Tijolos de

Bandim, com o fim de servir realmente o povo: para progressivamente e a baixo preço substituir as pobres casas cobertas de zinco e de palha por novas casas cobertas de telha, servindo realmente os interesses do nosso povo.

Outras fábricas semelhantes serão construídas, no futuro, em diversos pontos do país, permitindo assim que os camponeses da nossa terra possam, eles sobretudo, beneficiar de todo o progresso que vai sendo construído na Pátria de Cabral.

MOÇAMBIQUE: NASCIDO DO SANGUE DO POVO

(Continuação das centrais)

defende e aprecia o valor da paz. Por isso prosseguirá sem desfalecimento uma política visando o estabelecimento de uma paz real baseada na justiça e pronuncia-se desde já pelo desarmamento universal geral e completo. Pela responsabilidade particular que lhe cabe em função da sua posição geográfica a República Popular de Moçambique empenha-se no combate pela transformação do Oceano Índico em zona de paz.

A República Popular de Moçambique exprime a sua adesão aos princípios orientadores das Cartas da Organização das Nações Unidas e da Organização da Unidade Africana. [...]

O POVO ANGOLANO DESTRUÍU O MITO

(Continuação das centrais)

as suas manifestações.

Acerca da declaração geral sobre o mercenarismo que foi adoptada pela Comissão de Inquérito, o camarada Procurador-Geral da República salientou:

«Na declaração, os membros da comissão chamaram a atenção da opinião pública para a gravidade do perigo que a intervenção armada de mercenários representa para a África, nesta fase, e para todo o mundo progressista.

A declaração contém um apelo a todas as pessoas e forças progressistas do mundo para que desenvolvam todos os esforços para pôr termo ao mercenarismo para o bem estar da humanidade. Intervenções armadas de mercenários verificam-se desde há vinte anos, contra a soberania dos nossos Estados e contra os movimentos de libertação. «É

evidente que o recrutamento, transporte e equipamento de mercenários não seria possível sem um acordo táctico dos governos desses países».

«Os membros da Comissão Internacional de Inquérito, acrescentou o camarada Cruz Pinto, assistiram e observaram todas as sessões do julgamento dos mercenários e constataram que o julgamento foi regular e foi conduzido com dignidade e seriedade e que todas as normas processuais foram aplicadas ou interpretadas extensivamente, a favor do respeito e dos direitos da defesa. O julgamento dos mercenários mostrou claramente à comunidade internacional e às forças que estão por detrás do recrutamento dos mercenários, o grau de responsabilidade dos governos que permitem o recrutamento e facilitam a passagem de mercenários nos seus países».

Festival de música

(Continuação da pág. 2)

ganização e os outros três serão escolhidos entre os espectadores. A pontuação dos conjuntos estará a cargo do júri, em que cada elemento poderá dar a cotação de 0 a 15 pontos, dando a cotação que achar justa, tendo também em conta a demora em afinar os instrumentos. No fim das eliminatórias ou da final serão somadas as cotações, e o conjunto com maior pontuação será apurado para a passagem à final ou será-lhe atribuído o 1.º, 2.º ou 3.º lugar do concurso.

Serão apurados para a fase final três conjuntos de cada série.

Os prémios a atribuir são de 10 mil pesos para o 1.º lugar, 6 mil para o 2.º lugar, 4 mil para o 3.º. Também serão atribuídos prémios de presença a todos os elementos participantes, no valor de 500 pesos para cada conjunto. Para a final do concurso será utilizado um novo regulamento a estabelecer pela organização.

O conjunto que no dia da eliminatória não apresentar as letras das canções, com as respectivas traduções, será desvalorizado 10 pontos por cada canção. O conjunto que não entrar no palco quando for chamado para começar a sua actuação, será eliminado. A contagem do período de 20 minutos reservado para a actuação de cada conjunto iniciar-se-á com uma bandeira verde, e quando faltarem cinco minutos para o termo desse tempo, um elemento de júri dará a indicação, levantando uma bandeira amarela, acto que repetirá quando faltar um minuto para o termo concedido, proceder-se-á ao levantamento de uma bandeira vermelha, que põe fim imediato à actuação. Se o conjunto não se retirar do palco imediatamente, findo o tempo regulamentar, será penalizado em 10 pontos por cada minuto a mais, devendo ser desclassificado se exceder três minutos.

No caso de empate entre dois ou mais conjuntos, haverá uma nova actuação no mesmo dia antes de encerrada a sessão, executando cada conjunto uma nova música, durante o tempo máximo de cinco minutos.

O concurso é realizado pela Subcomissão Financeira da Comissão Nacional das Comemorações do XX Aniversário do PAIGC. Os bilhetes encontram-se à venda no Café Império, Grande Hotel, Café Ronda e Comissariado de Estado de Administração Interna, Função Pública e Trabalho, ao preço de 30, 20 e 10 pesos.

DOS LEITORES

Idade para estudantes bolseiros

Do leitor Armando Gomes, aluno do curso nocturno, em Bissau, recebemos uma carta dirigida ao nosso director, em que apresenta o seu ponto de vista (discordante) em relação a critérios de selecção de candidatos a bolsas de estudo.

Embora a apreciação de eventuais injustiças, neste capítulo, deve ser feita pela própria Comissão de Bolsas ou pelo comissariado de Educação, publicamos a carta do leitor Armando Gomes, já que ela (independentemente do seu autor ter ou não razão) é feita em termos correctos e uma vez que cita abundantemente, para fundamentar os seus argumentos, artigos publicados no «Nô Pintcha»:

«Depois de ter apreciado a mesa redonda sobre Bolsas de Estudo que teve lugar no Comissariado da Educação, entre a Comissão e os órgãos de Informação, venho pedir ao Camarada se dignasse mandar transcrever esta minha carta.

É com profunda tristeza que depois do nosso país livre e conduzido pelos verdadeiros filhos, venham acontecendo problemas sobre bolsas. É lógico que houvesse, porque na verdade o número de bolsas atribuído ao nosso país este ano é bastante inferior a aquele dos candidatos. Mas o problema não reside ali, e falo assim porque venho seguindo de perto todo o assunto relativo às bolsas, desde a publicação de leis (jornal NÔ PINTCHA de 23/3 e 1/5 do corrente ano) passando pela lista dos contemplados, até à dita mesa redonda.

Isso demonstrou, após uma análise da minha parte, que houve um total desprezo pelas leis pois a Comissão trabalhou relativamente à margem, estabelecendo como sabendo que não houve leis posteriores àquela publicada no Jornal n.º 153 de 23/3/76, que determina 30 anos para os referidos cursos e o Jornal n.º 170 de 1/5/76 deixou bem expresso que o limite de 25 anos era para cursos profissionais.

Tendo em consideração essa base não compreendo como a Comissão, na mesa redonda, afirma aos não contemplados para aguardarem o próximo ano e poderão beneficiar, sabendo que existe uma idade limite.

Como é possível que indivíduos com o 7.º ano por fazer sejam contemplados e considerados efectivos e alguns com o exame já realizado sejam suplentes e outros nem sequer beneficiaram? E também será que a Educação é o único campo para Reconstrução Nacional?

É tudo quanto tinha a expôr e muito obrigado».

Futebol

Bissau venceu o Resto do País

Realizou-se na quarta-feira passada, à noite, em Bissau, no Estádio «Lino Correia», um desafio de futebol entre as selecções de Bissau e do Resto do País, em que o resultado final foi de 4 a 3, favorável à formação da capital.

Este jogo foi organizado pela subcomissão financeira da Comissão Nacional das Comemorações do XX Aniversário do PAIGC.

O resultado final tangencial, a favor da Selecção de Bissau, não revela, de facto, qual das equipas foi superior em campo. Ambas praticaram um excelente futebol, mas a selecção de Bissau esteve mais à altura, pelo facto dos seus elementos possuírem maior experiência individual e melhor combinação no terreno.

Nos primeiros 30 minutos, a selecção do interior chegou a ser um tempo superior ao seu adversário, tanto que foi a primeira a abrir o activo, aos 25 minutos, por intermédio de Mapa. A partir daí, o seu rendimento começou a baixar, conforme a turma de Bissau ia aumentando o ímpeto do seu ataque. Aos 39 minutos, esta estabelece a igualdade por intermédio de Baba.

Não cessando de ameaçar o seu adversário, embora jogando os dois ao mesmo ritmo, a selecção de Bissau eleva por duas vezes a contagem por intermédio de Rufino e Baba, respectivamente. Quando a sua defensiva já se considerava senhora da situação, os do interior reduziram a contagem para 3 a 2 por intermédio de Toi, o que animou bastante o jogo. Depois, mais uma vez, o mesmo Baba restabelece a diferença para 4 a 2, fuzilando embora isolado as machas do adversário, quando um defesa deste atrasou a bola para fora do alcance do seu guarda-mão. Depois disso, a supremacia da selecção de Bissau foi clara, pois permaneceu durante largos minutos finais a jogar no meio campo do adversário. Este, então, mais uma vez soube aproveitar um deslize para reduzir a vantagem, agora por intermédio de Cuca, aos 90 minutos de jogo, quer dizer, no final da partida, pois a bola não chegou a voltar ao centro.

Eis, finalmente, a formação das

três equipas que actuaram em campo:

Arbitragem: Biaí, auxiliado por Orlando Furtado e Leonardo Cabral.

A selecção de Bissau alinhou com: Quinzinho; Agostinho, Zeca (cap.), Idelmo e Ilão; Herculano, António Jorge e Cirilo; Domingos Cú, Rufino e Baba. Os suplentes foram Braima, Armando e Niná.

A selecção do interior alinhou com: Maio; Seco, Bubacar, Aãõ e Afonso; Rachid, Sérgio e Djob; Baldé, Cuca (cap.) e Mapa. Os suplentes foram: Salvador, Roberto, Iano, Aniz e Toi.

Eleições

para as comissões populares de bairro

As primeiras eleições que terão lugar em Angola desde a independência realizar-se-ão em 27 de Junho, em Luanda, e destinam-se a designar os responsáveis das «Comissões Populares de Bairro» da capital angolana.

Estas comissões, que constituem a base do poder popular em Angola, são os órgãos representativos dos vinte bairros.

Estas eleições estão de momento limitadas a capital, mas serão posteriormente estendidas a todo o país.

ANÚNCIOS

Para servirem como recepcionistas no hotel de turismo em Bubaque, precisa-se de pessoas com um bom conhecimento da língua inglesa.

Respostas escritas com «curriculum vitae» ao Comissário de Informação e Turismo, Caixa Postal n.º 248 - Bissau. Indicar o endereço do candidato.

RODÉSIA: 10 ANOS EM ESTADO DE EMERGÊNCIA

SALISBÚRIA (AFP) — É necessário que o estado de emergência na Rodésia seja prolongado por um ano ainda, declarou ontem Hilary Squires, ministro do Interior, do governo racista da Rodésia, perante o Parlamento.

Squires que iniciou o debate sobre o prolongamento do estado de emergência, revelou quatro motivos para renovar esta medida: a extensão da guerrilha na Rodésia, a hostilidade activa de um país vizinho e as ameaças repetidas de um outro país próximo, e da Zâmbia que ameaçou abrigar bases de guerrilheiros nacionalistas.

Finalmente, o desencadeamento do movimento de libertação ANC (Congresso Nacional Africano) cuja uma parte dos membros entraram na luta armada contra o governo rodesiano.

O estado de emergência na Rodésia está em vigor desde Novembro de 1965, data da declaração unilateral da independência deste país.

O RELATOR DA COMISSÃO DA ONU CONTRA O "APARTHEID" REVELA: MAIS DE UM MILHAR DE MORTOS NAS MANIFESTAÇÕES DE SOWETO

NAÇÕES UNIDAS (Nova York) (APS) — A repressão que se abateu sobre as populações africanas, durante as manifestações anti-apartheid de Soweto, fez mais de um milhar de mortos e não só 140, como afirmam as autoridades racistas, declarou na quarta-feira, Nicasio Walderrama (Filipinas) relator da Comissão das Nações Unidas contra o «apartheid».

As vítimas foram abatidas por balas de calibre 22, que não são as das forças da polícia. Armas desse calibre, indicou Walderrama são utilizadas por um grupo de europeus que integram uma milícia racista bem conhecida. Sempre segundo o relator da ONU, esta milícia foi autorizada a penetrar em Soweto para assassinar os africanos.

Por seu lado, George Houser, director do Comité Americano para a África, movimento anti-«apartheid», assegurou a comissão que segundo as estimativas oficiais, os tumultos tinham provocado um milhar de mortos ou mais. Quanto, aos feridos, contam-se aos milhares «Os acontecimentos da África do Sul não eram motins mas sim uma rebelião», acrescentou.

OS RACISTAS DISTRORCEM OS FACTOS

O Congresso Pan-Africano da Azânia (África do Sul), afirmou que morreram nos recentes motins

ocorridos na África do Sul muitas mais pessoas do que as oficialmente anunciadas.

David Sibeka, representante do grupo nacionalista negro, que diz representar a população nativa da Azânia, declarou em conferência da imprensa que os motins foram desencadeados na cidade de Soweto «pelo assassinato a sangue frio de uma criança de 6 a 7 anos, durante uma manifestação de cerca de 20 mil estudantes que protestavam contra a tentativa de impor a língua africana».

Sibeka acusou ainda muitos correspondentes estrangeiros, presentemente na África do Sul, de distorcerem os factos reais, fazendo-se coincidir com os comunicados oficiais do governo de Pretória.

AUMENTAM OS INCIDENTES

JOANESBURGO (AFP) — A polícia Witbank (Transval oriental) anunciou quarta-feira que tinha apreendido uma quantidade importante de panfletos redigidos em bantou, incitando à greve para quinta-feira 35 mil operários e 4 mil operárias negras da cidade, em solidariedade com as vítimas das insurreições de Soweto.

As brigadas anti-insurreição e as equipas de socorristas foram, assim, colocadas em estado de alerta na quarta-feira à noite para fazer face a uma eventual manifestação de operários negros de Witbank, dos quais um grande número trabalha na manufactura de armas e explosivos.

Todos os residentes asiáticos da zona, uns 300, evacuaram precipitadamente as suas casas nos arredores de Lynville e a polícia indicou que não sabia ainda onde se encontram.

Na cidade de Tzaneen, a norte de Joanesburgo, as escolas foram fechadas na quarta-feira, após as manifestações que danificaram duas delas.

Na mesma zona, a universidade de Bokgaga foi parcialmente incendiada na noite de segunda para terça-feira por estudantes. O estabelecimento foi fechado na terça-feira, não obstante os exames em curso, e os alunos foram enviados para casa.

J.A.P.

«INTENSIFICAR A LUTA ARMADA»

PARIS (AFP) — Num comunicado enviado na quinta-feira à imprensa, a associação da «Juventude Africana para o Progresso» exprime a sua emoção a seguir aos acontecimentos que ensanguentaram, nestes últimos dias vários bairros negros de várias cidades sul-africanas.

«O Comité Executivo da JAP, indica este comunicado, teve conhecimento com grande emoção, dos assassinatos perpetrados contra as populações negras civis sul-africanas, pelas autoridades ilegais da África do Sul, com a cumplicidade do capitalismo internacional».

O Comité, que lembra que tem sido sempre pela «intensificação da luta armada até à libertação total do povo sul-africano contra o regime minoritário, racista e ilegal da África do Sul», pergunta se é ainda possível «aos que querem o diálogo com o regime dos assassinos de Pretória, persistir nesta via».

O Comité convida, em conclusão, «os combatentes a multiplicar e a intensificar a sua acção para se libertarem da opressão».

A JAP, que se define como «um centro de investigação, que reflecte sobre os problemas económicos e sociais das massas rurais africanas», foi criada a 22 de Junho de 1975, em Paris.

KISSINGER-VORSTER «CONVERSÇÕES FRUTUOSAS»

GRAFENAU (AFP) — John Vorster, primeiro-ministro sul-africano, classificou de «muito frutuosa» as suas conversações com o Secretário de Estado americano Henry Kissinger. Vorster fez esta apreciação ao deixar Grafenau na quinta-feira para regressar a Bona, onde seria recebido pelo primeiro-ministro Helmut Schmidt. Vorster afirmou, além disso, que deseja cooperar com todos os grupos e todas as partes interessadas na paz, na África Austral.

Mencionou, igualmente, que a guerrilha na Rodésia, o futuro da Namíbia e a situação política interna da União sul-africana tinham sido os principais temas das suas trocas de pontos de vista com Kissinger.

25 DE JUNHO 1.º ANIVERSÁRIO DA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

MAPUTO (TASS) — A 25 de Junho, a República Popular de Moçambique festejou o primeiro aniversário da sua independência. O ano decorrido, declarou o Presidente da República, Samora Machel, provou que o povo moçambicano está firmemente decidido em acabar com as sequelas do colonialismo português, que reinou durante 500 anos no país, e em criar um estado baseado na união dos operários e camponeses, livre da exploração do homem pelo homem.

As posições do capital estrangeiro ficaram seriamente comprometidas pelas importantes reformas sociais económicas operadas no país sob a direcção da Frente

(Continua na página 8)

ESPANHA:

EXPLOÇÃO NUMA FÁBRICA

SARAGOÇA (AFP) — Várias pessoas foram mortas, e 30 feridas, numa explosão numa fábrica de fabrico de gaz butano, em Utebo, perto de Saragoça. Ignora-se ainda o número exacto dos mortos. Os feridos foram transportados para a clínica «José António de Saragoça». Imediatamente a seguir à explosão, deflagrou um incêndio na fábrica. Não foram ainda determinadas as causas da explosão.

ATENTADO CONTRA A EMBAIXADA DA ÁFRICA DO SUL NOS E.U.A.

Washington (AFP) — Foi lançada na quinta-feira de manhã contra a Embaixada da África do Sul, em Washington, um cocktail Molotov. Não fez vítimas nem desgastes. Jack Stolk, conselheiro administrativo da Embaixada, declarou que o engenho tinha sido lançado sob a fechadura. A polícia iniciou um inquérito.

CONFERÊNCIA DOS PARTIDOS COMUNISTAS DA EUROPA

BERLIM (AFP) — A conferência dos partidos comunistas e operários da Europa terá lugar a 29 e 30 de Junho próximo, anunciou a agência oficial de informação da Alemanha Oriental. AIN. «A comissão de redacção decidiu submeter o projecto de documento à conferência dos partidos comunistas e operários da Europa, que terá lugar a 29 e 30 de Junho, em Berlim», anunciou na quinta-feira à noite, em Berlim, a «ADN». O comunicado publicado pela agência no final da última sessão da comissão de redacção, na quinta-feira, precisa que esta comissão clarificou um certo número de outros problemas em relação à realização da conferência. Esta última sessão de algumas horas desenrolou-se numa atmosfera «de trabalho e de camaradagem», precisou, por fim, o comunicado. A última sessão tinha sido interrompida a 11 de Junho último, a fim de permitir aos comités centrais dos diferentes partidos tomarem posição sobre a versão definitiva do comunicado.

JOANESBURGO: INCÊNDIO NUM JORNAL

JOANESBURGO (AFP) — Um incêndio, cujas causas não foram ainda estabelecidas, danificaram, seriamente, e destruíram, parcialmente, na quinta-feira de manhã o serviço de transportes do jornal nacionalista, «Beeld», em Joanesburgo. Certas instalações e vários camiões de distribuição do jornal foram presa das chamas, antes que o sinistro pudesse ter sido dominado pelos bombeiros.

DEPUTADOS TRABALHISTAS CONTRA «SUPER-CONTRATO NUCLEAR»

LONDRES (AFP) — Seis deputados trabalhistas exprimiram na quinta-feira a sua «inquietação» a propósito da decisão do governo francês de vender uma central nuclear à África do Sul. Numa carta aberta enviada ao Presidente Giscard d'Estaing, por ocasião da sua visita de estado à Grã-Bretanha, os deputados, que fazem parte do grupo «Tribune», consideram que este «super contrato nuclear» não faria mais que reforçar o potencial económico da África do Sul. «Estamos certos, acrescentam os deputados, que a França não deseja contribuir para as ambições nucleares do governo de Pretória». Os deputados, entre os quais figuram Ian Mikardo, Joan Lester e Judith Hart, declararam-se, por outro lado, «totalmente opostos» à venda de armas nucleares à África do Sul. O presidente do grupo «Tribune», Arthur Latham, tinha anunciado, quando da chegada a Londres de Giscard d'Estaing, que os seus amigos políticos não deixariam desenrolar a visita do presidente francês sem protestar contra estas entregas de material de guerra.

LUANDA: JULGAMENTO DOS MERCENÁRIOS A SENTENÇA SERÁ DIVULGADA NA PRÓXIMA SEGUNDA-FEIRA

LUANDA (AFP) — A sentença do Tribunal Revolucionário Popular que julgou os 13 mercenários em Luanda, de 11 a 19 de Junho, será finalmente tornada pública na próxima segunda-feira, soube-se de boa fonte em Luanda.

Esta informação, que todavia não está confirmada leva os enviados especiais a esperarem o veredicto, enquanto lêem os seus artigos na imprensa estrangeira que chega a Luanda. Esta leitura revela-se aliás muito interessante na medida em que permite constatar algumas diferenças entre a maneira como alguns órgãos de

Imprensa relataram o processo e a realidade dos factos.

Os responsáveis angolanos parecem ter-se apercebido de alguns exageros que — já antes do processo — se tinham manifestado na imprensa estrangeira. O director-geral angolano da Informação, Luís de Almeida tinha na altura chamado a atenção dos jornalistas que as notícias do desenrolar do processo «não sejam deformadas», declarando-se convencido de que o «espírito cívico» que caracteriza a Imprensa, não deixará de prever, lecer nestas circunstâncias».

O ENCONTRO KISSINGER-VORSTER E O FUTURO DA ÁFRICA AUSTRAL

MOSCOVO (TASS) — As informações da imprensa americana sobre as negociações entre Henry Kissinger, Secretário de Estado norte-americano, e Vorster, chefe do regime racista da África do Sul, em Bodenmais, destinam-se, manifestamente a um leitor crédulo. Michel Hetler, observador do «Washington Post», declara que Kissinger «exerce pressão» sobre Vorster para que este use toda a sua influência perto do regime rodesiano se Ian Smith, a fim de o persuadir a empreender negociações com os dirigentes africanos para a instauração do poder da maioria, Kissinger considera, pre-

tende o observador, que Vorster poderá ajudar a «procurar uma solução pacífica dos problemas racistas na parte austral da África».

Procura-se fazer acreditar os leitores que um racista completo, que aplica uma política de «apartheid», e responsável pelo banho de sangue cometido contra manifestações pacíficas, está em condições de concorrer para a supressão da ordem racista no país vizinho, onde reina o mesmo regime racista de minoria branca.

Na realidade, Washington chega até a ter contactos não dissimulados com a ditadura de Pretória, apesar dos recen-

tes acontecimentos sangrentos na RSA. Washington lança um desafio à opinião pública internacional pela razão deste ser ditado pelos interesses estratégico e político dos Estados Unidos, na África, Washington empenha-se, além disso, em defender os interesses dos monopólios americanos, que investiram na África importantes fundos. A cooperação dos Estados Unidos com o regime de Pretória, que representa para este último um apoio moral, demonstra mais uma vez a hipocrisia das alegações das personalidades oficiais dos Estados Unidos na modificação da política de Washington em África.

NA LOJA Nº 2 EM BISSAU

360 DÚZIAS DE OVOS POR DIA

Em Bissau, consegue-se ou não comprar ovos, nos Armazéns do Povo?

Algumas pessoas contactaram o nosso jornal, queixando-se de dificuldades na compra de ovos, anteriormente no supermercado dos Armazéns do Povo, na avenida Amílcar Cabral. Recentemente, a venda de tal produto passou a fazer-se através da Loja n.º 2 dos Armazéns do Povo, na rua n.º 12, porque a «bicha» para a compra dos ovos, no «super» prejudicava os clientes nas suas outras compras.

Segundo apurou a nossa reportagem, não há razões para faltarem ovos, na Loja n.º 2. Todos os dias são ali recebidas 360 dúzias, vindas da Granja de Pessu-bé, embora em alguns dias aquela quantidade possa ser ligeiramente menor. A partir das 18 horas, vendem-se ali ovos ao público, no máximo de uma dúzia por pessoa, medida tomada para evitar o açambarcamento, pois havia pessoas que compravam grandes quantidades do produto, provavelmente para revenda, a preços exorbitantes.

Portanto, leitor amigo, na Loja n.º 2 dos Armazéns do Povo (antiga Cooperativa dos Funcionários), em Bissau, pode comprar ovos (uma dúzia de cada vez) a 45 pesos a dúzia, todos os dias a partir das 18 horas.

Libano

Primeiro-Ministro da Líbia tenta encontrar uma solução

BEIRUTE (TASS) — Os combates opoendo os destacamentos unificados das forças patrióticas nacionais e do movimento da resistência palestina às formações cristãs da direita prosseguiram na capital e nas regiões montanhosas do Líbano. A imprensa anunciou que os confrontos causaram 142 mortos e 221 feridos durante a manhã da quinta-feira passada.

Nos termos do acordo concluído na passada quinta-feira, as tropas sírias foram evacuadas da zona do aeroporto de Beirute e da aldeia de Halde. Elas foram substituídas pelas forças inter-árabes de segurança. Simultaneamente, o aeroporto de Beirute foi aberto ao tráfego aéreo. Aviões das companhias aéreas libanesas «Mea» e «Tma» chegaram ao aeroporto de Beirute. O ministro dos Trabalhos Públicos e dos Transportes, Adel Osseirane, desmentiu categoricamente as declarações dos representantes dos cristãos da direita segundo as quais armas serão encaminhadas por avião, do aeroporto para as forças patrióticas nacionais.

O Primeiro-Ministro líbio Abdel Salam Jalloud, que se encontra em

Embaixador do Egipto no nosso País

Grandes possibilidades de cooperação bilateral

«Estamos a estudar as possibilidades de cooperação entre o Egipto e a Guiné-Bissau, nos domínios cultural, técnico e científico», declarou ao nosso jornal o embaixador da República Árabe Africana do Egipto no nosso país e em Cabo Verde, Ahmed Abdel Kader El Molla.

Especificando os sectores em que essa cooperação se mostra viável, aquele diplomata precisou:

«De facto, há vários domínios em que podemos cooperar. Um deles é a agricultura, pois o Egipto tem grandes tradições agrícolas, que nos permitiram acumular uma vasta experiência. Verifica-se que o solo da Guiné-Bissau é muito fértil e que, com um pouco de trabalho técnico, poderá dar excelentes frutos.

Podemos ainda enviar médicos e professores, estes para ensinarem as línguas árabe, francesa e inglesa. Estamos a trabalhar para a construção do Centro Islâmico do Gabú, para o qual vamos pedir a colaboração financeira de outros países árabes. Estes centros, cuja planta está a ser feita no Cairo, conterá hospitais, escolas, um com-

plexo desportivo, restaurantes, um hotel e vários outros serviços públicos. Estamos a tomar as medidas necessárias para que essa obra se inicie dentro de pouco tempo.

O embaixador do Egipto revelou-nos ainda que tenciona con-

vidar o Presidente do nosso Conselho de Estado, camarada Luiz Cabral, assim como o Presidente da República de Cabo Verde, camarada Aristides Pereira, a visitarem sucessivamente aquele país antes do fim do ano.

Comício de solidariedade com os estudantes sul-africanos

Organizado pela direcção das escolas secundárias da capital, realizou-se ontem à noite, no ringue de patinagem do Estádio Lino Correia, em Bissau, um «meeting» de solidariedade com o povo sul-africano, vítima de violenta repressão pelo regime minoritário de Vorster, que sufoca com sangue as tentativas de sublevação contra o racismo e o «apartheid», na África do Sul.

O massacre de Soweto, onde foram assassinados mais de um milhão de jovens estudantes, veio a suscitar a maior repulsa em todo o mundo, contra o hediondo regime

racista. No nosso país, os jovens não quiseram deixar de condenar este crime, e daí a realização do «meeting» que contou com a participação de centenas de pessoas, professores, alunos e estudantes da capital. Na tribuna, encontravam-se os camaradas Domingos Brito, secretário-geral do comissariado de Educação e Cultura, Teodora Gomes, da Comissão Feminina do PAIGC, representantes dos três departamentos do ensino secundário da capital e dos alunos.

Durante a reunião usaram de palavra, sucessivamente, os camaradas João José Silva Monteiro (Huco), em representação dos alunos do Liceu, Geraldo João Martins, do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, Stephanie Urdang, jornalista sul-africana, colaboradora de publicações de apoio à luta do povo sul-africano, radicada na América e que visita o nosso país pela segunda vez após a sua independência (pensa escrever um livro sobre o papel da mulher na luta de libertação nacional na Guiné-Bissau) e Raul Mendes Fernandes Júnior, professor de Formação Política no Liceu em nome da Juventude. Todas as palavras dos oradores incidiram sobre um único ponto: a condenação do regime minoritário de Vorster que tenta a todo o custo perpetuar a sua dominação na África do Sul, a solidariedade de todos os povos progressistas do mundo para com o povo mártir do regime do apartheid e a necessidade de união entre todas as forças de África a fim de formar um só bloco para fazer face ao imperialismo que neste momento enfrenta uma total viragem das relações de forças em África, com a conquista da independência das ex-colónias portuguesas.

«A maior contribuição que podemos dar aos nossos irmãos sul-africanos é a consolidação da nossa independência», foi afirmado durante o comício, por um dos oradores.

25 DE JUNHO

(Continuação da página 7)

de Libertação de Moçambique (FRELIMO) que dirige o país na via da evolução não capitalista. O comércio externo e os bens imóveis foram nacionalizados. O sistema de educação e da saúde pública foram submetidos ao controlo do estado. A gente das empresas abandonadas pelos antigos proprietários foi confiada aos «comités operários».

As cooperativas tornam-se a principal forma de produção agrícola.

Só os cidadãos instruídos, conscienciosos no plano político, podem construir uma vida nova. Este «slogan» lançado pela FRELIMO engendrou uma campanha chamada, em Moçambique, «a politização das massas». Durante o ano decorrido perto de 1,5 milhões de adultos aprenderam a ler e a escrever.

A República Popular de Moçambique pratica firmemente a política estrangeira anti-imperialista. A decisão de Moçambique em fechar a fronteira com a Rodésia racista, e de conceder ao povo irmão do Zimbabwé toda a ajuda e todo o apoio necessários foi aprovada por todo o mundo.

Argélia:

Projecto da Carta Nacional

(Continuação da 1.ª página)

gunda da Argélia independente — e eleições legislativas e presidenciais, que terão lugar antes do fim deste ano. O Estado argelino será assim dotado, após 4 eleições por sufrágio universal em menos de 6 meses, de uma Carta Nacional, duma Constituição e das mais altas instituições políticas, depois de ter estabelecido durante os 7 últimos anos, assembleias populares, comunais e departamentais.

O estabelecimento desta pi-

râmide institucional será completada no próximo ano pela reunião do II Congresso da Frente de Libertação Nacional que, nos termos da nova Carta Nacional, é «fora de vanguarda, de direcção e organização do povo», e constitui «o guia da Revolução e a força dirigente da sociedade».

O projecto da Carta Nacional, que será submetido amanhã a referendo popular, define a orientação socialista do país e fixa as perspectivas políticas, económicas, sociais e culturais da Argélia.

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

EGIPTO-ANGOLA RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS

CAIRO (AFP) — O Egipto e Angola decidiram estabelecer relações diplomáticas a nível de embaixadores, a partir de 24 de Junho.

NOVO EMBAIXADOR DA GUINÉ (CONAKRY) NA URSS

MOSCOVO (TASS) — Sekou Kaba, novo embaixador da República da Guiné (Conakry) apresentou no Kremlin as suas cartas de credenciais a Nikolai Podgorny, Presidente do Presidium do Soviete Supremo da URSS.

INDEPENDÊNCIA DAS SEYCHELLES

VICTÓRIA (TASS) — Anunciou-se oficialmente em Victória a composição do primeiro governo da nova República de Seychelles, cuja independência será oficialmente proclamada a 28 de Junho. O primeiro-ministro actual, James Mancham, será presidente do novo Estado independente, acumulando as funções de ministro de Negócios Estrangeiros, da Defesa, do Interior e da Imigração. France Albert Rene foi nomeado para o posto de primeiro-ministro. O governo, que compreende 11 ministros, é formado por dois partidos de coligação Partido Democrático e Partido Unido do Povo das Seychelles.

FESTA NACIONAL DE MADAGASCAR

TANANARIVE (AFP) — A importação, o transporte, o armazenamento, o refinamento, a distribuição, e a venda do petróleo serão inteiramente nacionalizadas, anunciou o Presidente da República Democrática de Madagáscar, Didier Ratsiraka, dirigindo-se ontem à noite à Nação, numa mensagem difundida, por ocasião da festa nacional de 26 de Junho.

GISCARD D'ESTAING NA GRÃ-BRETANHA

EDIMBURG (AFP) — O Presidente da República francesa, Valéry Giscard d'Estaing, terminou ontem em Edimburgo, uma visita oficial na Grã-Bretanha, que permitiu reforçar os laços um pouco distantes do «entendimento cordial» entre os dois países.

REPÚBLICA SOCIALISTA DO VIETNAME

HANOÍ (TASS) — A primeira sessão da Assembleia Nacional do Vietname reunificado apresentou para exame dos delegados, a proposta respeitante ao novo nome do país: República Socialista do Vietname. Os deputados propuseram também que se mantivesse como bandeira nacional do país reunificado, a da RDV, símbolo da luta que o povo vietnamita travou durante longos anos pela sua liberdade e independência.